

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.693 - MG (2019/0011135-1)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **RENATO RODRIGUES YAGI**
ADVOGADOS : **RENATO RODRIGUES YAGI (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS -**
MG086861
ALDRIA APARECIDA RODRIGUES - MG156530
AGRAVADO : **ASSOCIACAO COMUNITARIA DO BEM ESTAR SOCIAL DOS**
MORADORES DO

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por RENATO RODRIGUES YAGI contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - NECESSIDADE DA COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS - ADVOGADO - NÃO COMPROVAÇÃO - BENEFÍCIO INDEFERIDO. Nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, o Estado prestará assistência jurídica integral aos que comprovarem insuficiência de recursos.

A parte é advogado, que possui um carro, uma motocicleta Kawasaki Ninja e declarou rendimentos anuais, demonstra sua capacidade de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal; 98, 99, 100, 101 e 102, do CPC de 2015.

Defende fazer jus ao benefício da justiça gratuita. Ressalta ter havido afronta ao princípio constitucional do amplo acesso ao Poder Judiciário.

É o relatório. DECIDO.

2. De início, consigne-se que na via especial não cabe a análise de afronta a dispositivo constitucional, ainda que com intuito de prequestionamento. Nesse sentido os seguintes precedentes: EDcl no REsp 680.385/RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, DJ 20.03.2006, REsp 1043700/TO, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJe 05.09.2008; AgRg no REsp 977.900/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, , DJe 08.09.2008.

3. No mais, observa-se que o Superior Tribunal de Justiça entende que é relativa a presunção de hipossuficiência oriunda da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita, sendo possível a exigência, pelo magistrado, da devida comprovação (AgRg no AREsp 815.190/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN,

SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 25/05/2016).

Com efeito, o pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008).

No caso dos autos, o Tribunal de origem, ao dar provimento à apelação, para julgar procedente o incidente de impugnação à assistência judiciária e indeferir o benefício da assistência judiciária deferida ao ora agravante, assim consignou:

Por outro lado, no incidente de impugnação a assistência judiciária, o ônus probatório recai sobre o impugnante.

Neste feito, a apelante transcreveu cópia da decisão proferida no Agravo Interno n. 1.0024.14.189469-1/002, que negou seguimento ao agravo de instrumento interposto pelo apelado, sob o fundamento de que não teria demonstrado sua hipossuficiência financeira no referido agravo (fl.05/10) e juntou cópia da decisão proferida no autos n. 0024.15.065721-1, que revogou os benefícios da assistência judiciária concedido ao apelado naquele feito.

Por seu turno, o apelado apresentou defesa (fl.19/25) e documentos (fl.27/68).

Dentre os documentos apresentados pelo apelado, há acórdão proferido no agravo de instrumento nº 1.0024.14.101615-4/001, que deu provimento ao recurso para conceder a assistência judiciária ao mesmo.

Além disso, o apelado apresentou declaração de imposto de renda referente ao ano de 2014 (fl.35/43) e seus extratos bancários (fl.45/46).

Em sua declaração de imposto de renda do ano de 2014 constava os seguintes bens: um automóvel Polo Sedam, ano 2009/2010, avaliado em R\$26.000,00, além de uma moto Kawasaki Ninja 1991, no valor de R\$13.000,00 (fl.40). Constava saldo de R\$2.743,00 em conta poupança e R\$9.255,00 em conta corrente na Caixa Econômica Federal (fl.41).

Na referida declaração também se verifica que recebeu um total de R\$26.000,00 de rendimentos tributáveis naquele ano (fl.42).

Por fim, seu último extrato bancário, datado de 28/09/2015, consta um saldo em conta corrente de R\$974,98 (fl.45) e em conta poupança de R\$204,41 (fl.46).

Nesta instância "ad quem" o apelado juntou documento novo, referente à declaração de imposto de renda exercício 2017 (fl.111/119).

O certo é que o apelado é advogado militante, possui uma moto Kawasaki Ninja ano 1991, no valor de R\$13.000,00 e uma moto Garinni/GR 150, ano 2012, no valor de R\$3.900,00. Além disso, no ano de 2016 declarou rendimentos anuais de R\$25.201,00, o que resulta numa média mensal de R\$2.100,00.

Portanto, considerando que a assistência judiciária deve ser deferida somente aos realmente necessitados e que comprovem a insuficiência de recursos, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária ao apelado, **uma vez que restou provado sua capacidade financeira de arcar com o pagamento das custas do processo, sem prejuízo de seu sustento ou de sua família.**

[...].

Assim, a convicção formada pela Corte local, ao julgar procedente o incidente de impugnação à assistência judiciária, decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que o recorrente possui condições de arcar com as custas do processo, não fazendo jus ao benefício da justiça gratuita. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

3. A incidência da referida súmula também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte. 4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 980.401/CE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 09/05/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO EM RAZÃO DO ÓBICE DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. IRRESIGNAÇÃO DOS EMBARGANTES.

1. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado indeferir o pedido de assistência se encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente.

Encontra óbice na Súmula 7/STJ a pretensão de revisão das conclusões do acórdão na hipótese em que, apreciando o conjunto probatório, para fins de concessão da gratuidade de justiça para a pessoa jurídica e seu sócio, as instâncias ordinárias não se convencem da hipossuficiência das partes, cuja declaração goza de presunção relativa de veracidade nos termos da jurisprudência desta Corte Superior.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 854.626/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 30/08/2016)

4. Por fim, impõe-se anotar que a incidência da Súmula 7/STJ prejudica o exame do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Nesse sentido:

REsp 1.086.048/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 21/06/2011, DJe de 13/09/2011; EDcl no Ag 984.901/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 16/03/2010, DJe de 05/04/2010; AgRg no REsp 1.030.586/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 30/05/2008, DJe de 23/06/2008.

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

